

O PAPEL DAS COMUNIDADES CIENTÍFICAS: A AGB NACIONAL E A SEÇÃO LOCAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

El papel de las comunidades científicas: la AGB Nacional y la sección locale de Presidente Prudente/SP

The scientific communities role: National AGB and President Prudente/SP local section

Alexandre Bergamin VIEIRA

Nelson Rodrigo PEDON

Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Universidade Estadual Paulista
Campus de Presidente Prudente-SP

Resumo: Procuramos, neste artigo, contribuir para o debate acerca do conceito de comunidade científica e o papel por elas exercido na construção teórica e política nas diferentes disciplinas do conhecimento, enfocando a Geografia brasileira e sua respectiva entidade representativa, ou seja, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), tratando de forma mais específica da seção local de Presidente Prudente/SP. Entendemos que o conceito de comunidade científica (ou, no caso da AGB, associação) traz, em seu interior, um rol de contradições que tornam qualquer tentativa de apresentá-las como entidades homogêneas expressão da preguiça intelectual que cega os mais pragmáticos, dificultando a compreensão de sua verdadeira representatividade.

Palavras chave: Comunidade científica, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Presidente Prudente, Pensamento Geográfico.

Resumen: Buscamos en este artículo para contribuir para el discusión referente al concepto de la comunidad científica y el papel para ellos ejerció en la construcción y la política teóricas en los diversos usted disciplina del conocimiento, la geografía brasileña que se enfocaba y su entidad representativa respectiva, o cualquiera, el AGB (asociación brasileña del Geógrafos), tratando a una forma más específica de la sección local de presidente Prudente/SP. Entendemos que el concepto de la comunidad científica (en el caja del AGB, de asociación) al revés, en su interior, un rodillo de las contradicciones que se convierten en cualquier tentativa de presentarlas como expresión homogénea de las entidades de la holgazanería intelectual que cieguen la más pragmático, haciendo le difícil la comprensión de su verdadera representatividad.

Palabras clave: La comunidad científica, la Asociación de los Geógrafos Brasileños, la Sección local Presidente Prudente, Pensamiento Geográfico.

Abstract: We looked for in this article to contribute for the discussion referring to the concept of the scientific community and the paper for them exerted in the theoretical construction and the policy in diverse you discipline of the knowledge, the Brazilian geography that focused and its respective representative organization, or anyone, the AGB' (Brazilian association of the Geographers), treating to once a more specific form of the local section of President Prudente/SP. We the other way around understand that the concept of the scientific community (or, in the box of the AGB', of association), in its interior, a roller of the contradictions that become any attempt to present/display them like homogenous expression of the organizations of laziness intellectual which they blind most pragmatic, making him difficult the understanding of their true representation

Key-words: Scientific Community, Association of the Brazilian Geographers, Local Section Presidente Prudente, Geographical Thought.

| | | | | |
|-------------|-----------|--------------------|----------|--------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 20, v.1, n. 22 | p. 71-83 | Jan-Jul/2004 |
|-------------|-----------|--------------------|----------|--------------|

Introdução

Neste texto, procuramos discutir o relevante papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na construção do pensamento geográfico brasileiro.

Partiremos do conceito de comunidade científica discutida por vários autores inserindo a AGB no campo dessa discussão. Como foco central de nossa exposição está a AGB Seção Local de Presidente Prudente/SP. É a partir de suas origens e de sua atuação frente às questões de natureza teórica e política como órgão representante dos profissionais em Geografia no âmbito local e frente aos debates surgidos em âmbito nacional que pretendemos compreender até que ponto a AGB se constitui enquanto comunidade científica.

Nossa intenção é a de traçar um quadro que nos permita compreender a relevância da AGB (seção de Presidente Prudente e sua relação com a AGB nacional) no que confere ao seu papel enquanto órgão representativo dos Geógrafos brasileiros, no que diz respeito aos problemas teórico e políticos colocados pela sociedade brasileira.

Pretendemos enfatizar em que medida o conceito de comunidade científica (ou associação, como a AGB) traz, em seu interior, um rol de contradições que tornam qualquer tentativa de apresentá-las como entidades homogêneas expressão da preguiça intelectual que cega os mais pragmáticos.

O papel das comunidades científicas na construção do conhecimento científico

Existem diferentes pontos de partida para se abordar questões referentes aos problemas encontrados no campo do conhecimento científico. Questões de lógica, epistemologia, de caráter axiológico e sociológico, tomam as mais diferentes formas nos estudos a cerca dos problemas das condições sobre as quais algo pode qualificar-se de conhecimento, os problemas de justificativa, validade, racionalidade, cientificismo e modernidade, entre outros. Alguns destes elementos pertencem ao campo propriamente filosófico da teoria do conhecimento, no qual a origem e o caráter social do conhecimento. Se tem alguma relevância, é secundária, pois outros pertencem à seara das preocupações referentes à sociologia do conhecimento.

É nesta segunda abordagem que qualquer trabalho que objetive compreender o papel das comunidades científicas em geral ou de algum setor específico, como é o caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, deve concentrar suas atenções.

As bases sociais da objetividade, segundo Karl Popper, baseiam-se nas instituições sociais. A linguagem, por exemplo, é uma instituição social sem a qual o progresso científico é inconcebível, pois sem ela não pode haver nem ciência, nem uma tradição crescente e progressiva. Escrever é uma instituição social, e também o são as organizações de imprensa e publicação e todas os outros instrumentos institucionais do método científico (POPPER, 1957).

Karl Popper dá importante definição da natureza e papel da comunidade científica diferentemente de Kant, que afirmava que as condições da possibilidade da objetividade residem na unidade transcendental da percepção e dos espíritos regulativos objetivos. Para Popper, a objetividade não se baseia em nenhuma instância alheia ao mundo da ação dos homens, mas sim nos objetos desse mesmo universo do acontecer.

Para este autor, o que chamamos objetividade científica não é produto da imparcialidade do homem de ciência individual, mas sim do caráter social ou público do método científico. O que se entende por objetividade, portanto, é algo que encontra sua condição de possibilidade na existência efetiva de certas instâncias sociais que garantem e permitem o exame público das idéias.

Ao analisar a formação do espírito científico, o filósofo Gaston Bachelard dá importantes contribuições para a compreensão da natureza social do conhecimento científico ao buscar reunir os elementos gerais de uma doutrina do conhecimento do objeto iniciando com o seguinte postulado: "...a *marcha para o objeto não é inicialmente objetiva*". Ao longo de suas críticas, Bachelard procura demonstrar que as tendências normais do conhecimento sensível, repletas de pragmatismo e de realismo imediato, só determinam um falso ponto de partida.

Em seus estudos gnosiológicos, imbuídos de ideal racionalista, este autor trata a subjetividade como uma forma de *embriaguez*. Para se ter certeza de que o controle objetivo é

uma reforma em vez de um eco, é preciso chegar ao *controle social*¹. A partir de então propõe que a objetividade seja fundada no comportamento do outro, pois, de acordo com as idéias defendidas por Bachelard, pretendemos escolher o olho do outro para ver a forma de fenômeno objetivo.

Dessa forma, descolar um objeto em um milímetro sobre a mesa, exige o trabalho complexo de músculos e provoca muito cansaço. Tal façanha é conseguida depois de alguns fracassos e tentativas, mas esse deslocamento de um milímetro do objeto sobre a mesa ainda não é uma operação científica.

Assim, nosso autor conclui:

[...] para deslocar um objeto de um décimo de milímetro, é preciso um aparelho; logo, um corpo de técnicos. Se prosseguirmos até as decimais seguintes, se procurarmos, por exemplo, saber a largura de uma franja de interferência e determinar, pelas mensurações conexas, o comprimento de onda de uma radiação, então precisamos não apenas de aparelhos e dos conjuntos técnicos, mais ainda de uma teoria e, por conseguinte, de uma Academia de Ciências[...]. A precisão discursiva e social destrói as insuficiências intuitivas e pessoais. Quanto mais apurada é medida, mais indireta ela é. (BACHELARD: 1996, p. 297).

Um importante autor que toma a visão sociológica para entender o desenvolvimento do conhecimento geográfico é Horácio Capel. Para Capel (1999), o desenvolvimento da sociologia da ciência, a partir de 1940, tem posto em evidência a importância dos foros comunitários e os aspectos institucionais nos processos de socialização acadêmica e na seleção e adaptação de conceitos. Capel argumenta que:

A existência de uma comunidade científica especializada modela o pensamento de seus integrantes e, com o tempo, origina o que tem denominado *estilos de pensamento*, que determinam a eleição de problemas científicos, as perguntas que são feitas, guiam as observações, estabelecem as regras para se trabalhar e ainda predeterminam o vocabulário que se há de utilizar. O que em muitas disciplinas científicas se denominou de *ponto de vista*, talvez não seja mais que uma aplicação do estilo próprio de pensar da comunidade. (CAPEL: 1999, p.21)

Entendemos que os estilos de pensamento, sem empobrecer o pensamento do autor, nada mais são do que metodologias de pesquisa que são estabelecidas e que vão predeterminar as regras e ainda predizer o vocabulário a ser utilizado. Desta forma, o autor volta sua atenção para os aspectos institucionais nos processos de socialização acadêmica e na seleção e adaptação de metodologias e conceitos científicos, compreendendo assim a ação social sobre o desenvolvimento do pensamento científico.

Todos os autores citados até o momento têm em comum uma visão que vai ao encontro da idéia de uma ciência ahistórica. Para Gerard Fourez (1995), tais análises não "denigrem" a ciência. Na verdade, nada mais fazem do que situá-la em meio a outras importantes realizações humanas, assim como a arte ou as técnicas, por exemplo.

Situar-se diante de um conceito abstrato de racionalidade científica tendo práticas concretas como suporte de elaboração teórica pode abalar aqueles que investem na ciência uma dimensão absoluta, compreender o conhecimento científico tendo como premissa seu caráter processual, ou seja, sem ter de antemão um juízo sobre o que ela seria por natureza ou por essência, representam a contribuição desses críticos do cientificismo bitulado.

Nesse ensaio, que pretende demonstrar como a comunidade científica possui importante papel na constituição e institucionalização de saberes específicos ou de como chamou Capel, de *estilos de pensamento*, nossa atenção se voltará para o papel representado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), primeiramente e de forma mais sintética, nossa atenção se volta à constituição da AGB, e, portanto, de sua formação e trajetória em âmbito nacional, e, posteriormente, e com maior detalhamento no que se refere às origens e atuação da AGB Seção Local de Presidente Prudente.

¹O termo *controle social* é usado aqui para reforçar o sentido inter-subjetivo da construção do conhecimento científico.

Dessa forma, problemas como a imagem de comunidade, a organização interna, os conflitos, sua interdependência em relação a outras instituições, a tendência à burocratização e, por vezes, a valorização das grandes idéias abstratas, são questões que devem ser levadas em consideração na busca pela compreensão do papel das instituições nos mais diversos campos disciplinares.

Com o objetivo de estender essa discussão para o campo do pensamento geográfico brasileiro, buscaremos compreender como a AGB, sua formação e os conflitos existentes em seu interior (destacados por importantes geógrafos que fizeram e fazem parte da associação), influenciou e movimentou a Geografia brasileira por mais de meio século de história². Em seguida trataremos estas discussões para o contexto daquilo que consideramos resultado da evolução da Geografia brasileira e da tentativa de organização desta, a saber; as seções locais, mais especificamente a seção de Presidente Prudente.

As origens da AGB

A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi fundada em 7 de setembro de 1934, tendo como fundador o francês Pierre Deffontaines, que veio ao Brasil auxiliar na criação do curso de Geografia da Universidade de São Paulo. Logo em seguida, a AGB contou com as importantes contribuições de Pierre Monbeig e Francis Ruellan (SPOSITO, 2000).

A presença marcante dos franceses vai influenciar, como veremos mais adiante, na demarcação do perfil que durante-muito tempo delimita e parametriza a realização das pesquisas em geografia no Brasil. Caracteriza-se assim, durante algum tempo, o estilo de pensamento fundante da geografia brasileira. Importante prova dessa afirmação é a permanência de uma certa leitura negativa das obras geográficas alemãs, onde o caráter imperialista e bélico dos trabalhos de Ratzel, ilustrado exemplarmente no conceito de *espaço vital*, foi associado a uma pretenciosa politização do conhecimento científico, tradicionalmente visto com ressalvas pela escola francesa.

A estruturação da AGB seguiu as características das associações francesas, a configuração interna, os problemas e a forma como estes problemas eram tratados foram todos importados da geografia francesa. Esse fato pode ter influenciado no distanciamento que a geografia brasileira manteve, pelo menos em seu início, de temas tais como geopolítica, o papel do Estado, entre outros. Não seria muita pretensão nossa se afirmássemos que a temática valorizada e trabalhada no início da Geografia acadêmica brasileira tivesse relação direta com o fato de ser geógrafos franceses os precursores da Geografia brasileira.

Para Zusman (2001), a criação da USP e da AGB resultaria da conjunção de esforços de uma elite paulista que vê na educação um passo importante para a modernização e, portanto, para a diferenciação de sua posição em âmbito nacional.

Grandes nomes da sociedade paulista compõem a lista dos primeiros associados da AGB, tais como Júlio de Mesquita Filho, Alfredo Ellis Júnior, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Rubens Borba, todos possuidores de um elevado nível intelectual e também herdeiros de prestígio social e econômico.

Zusman afirma que a perspectiva regionalista e a preocupação com a estruturação do espaço, presentes nos estudos desse período, vão culminar nas importantes obras de Pierre Monbeig, principalmente *Pioneiros e Fazendeiros do estado de São Paulo*, que trata da expansão pioneira às áreas pouco exploradas do estado de São Paulo. O bandeirismo é uma temática bastante presente nos estudos, acompanhados de detalhadas descrições dos aspectos físicos do sertão paulista.

Monbeig torna-se representante de um projeto acadêmico para as disciplinas que têm suas bases na geografia regional, nos conceitos de paisagem e do complexo geográfico e do trabalho de campo. Esta geografia ocupar-se-ia da repartição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície do globo, de suas causas e das suas relações. O excepcionalismo e o indutivismo são características que vão marcar os diversos estudos de caso realizados nesse período.

² Buscaremos ser sintéticos no que tange à abordagem referente à AGB nacional, uma vez que nosso foco central de discussão é a seção local de Presidente Prudente, mesmo assim, quando formos nos debruçar sobre a origem e atuação desta última, faremos referência a eventos e fatos desdobrados mais diretamente da Associação em âmbito nacional.

As afirmações de Zusman nos mostram como o *controle social* está presente desde a estruturação das comunidades até a eleição de metodologias e problemáticas a serem trabalhadas, especificamente no caso da AGB. O que esta autora faz é ressaltar as características da sociedade paulistana e seu projeto social fundado no ensino, numa espécie de revivimento do ideal iluminista do século XIX.

Sobre o importante papel atribuído a Monbeig na institucionalização da geografia brasileira, sobretudo no que diz respeito à legitimação da AGB como órgão representante dos profissionais em geografia, é salutar lembrar o que foi ressaltado por Capel (1999) ao analisar os elementos essenciais fundantes de uma disciplina. A saber: *"...nas fases iniciais do desenvolvimento da disciplina, as contribuições individuais podem ser mais significativas – ainda que sempre vinculadas à difusão social dos conhecimentos"*.(CAPEL, 1999:22, grifo nosso).

Com tal afirmativa, Capel ajuda-nos a entender como que na fase de consolidação de um determinado campo do saber, indivíduos reconhecidos em outras áreas disciplinares ou outras regiões ou países têm relativa importância na medida que estes são considerados como "guardas da racionalidade" disciplinadora, e que passam a determinar, ou ao menos condicionar, os critérios e problemas relevantes para a disciplina.

Ainda no que concerne à relevância de Monbeig na criação de um *estilo de pensamento*, assim como na organização e legitimação da disciplina e de seu órgão representativo (AGB), podemos fazer referência aos textos que trazem, não só Monbeig, mas também outros franceses como Deffontaines, Francis Ruellan, ou ao clássico texto de Nice Lecoq Müller, de 1961, que narra importantes momentos da geografia brasileira chamada por Sposito (2000) de fase "heróica". Neste texto, a autora conclui: *"...num gesto de orgulho por ter sido atuante na AGB ao participar das assembléias que 'ninguém poderá roubar à AGB a honra de ter sido a pioneira na renovação do espírito e da estrutura dos congressos científicos no Brasil..."* (SPOSITO, 2000, p.166).

É importante essa passagem em que o autor faz menção ao texto de Müller num momento em que o pensamento geográfico brasileiro se encontra em fase de consolidação e a busca pela legitimação aparece nos textos, ora trazendo os grandes nomes e seus feitos, ora ressaltando um importante momento e importantes atividades como os trabalhos de campo realizados durante a Assembléia de Lorena, evento onde pela primeira vez representantes da geografia do Rio de Janeiro e de São Paulo se reúnem dando caráter nacional a esse evento (MONTEIRO, 1980).

Nesse momento cabe outra importante citação de Capel (1999) que ajuda a entender como a valorização dessas passagens da história da entidade, mesmo que uma história curta para aquele momento, serve de reforço na constituição da identidade da disciplina³:

Mitos heróicos e utopias gerais, ou disciplinas específicas proporcionam ao novato ideais que lhe permitem se afirmar como um cientista esforçado no avanço do conhecimento e como especialista numa área do conhecimento concreto. (CAPEL: 1999, p.24)

Assim, Capel insere a questão das justificativas ideológicas na constituição das disciplinas, e continua:

[...] as histórias das disciplinas possuem um papel essencial pois proporcionam aos cientistas uma imagem de si mesmos, da comunidade a quem pertencem e do sentido de seu trabalho. Através da história da disciplina científica, se constróem e se difundem os mitos e as ideologias que proporcionam coesão e autoconfiança na comunidade científica: quais são seus progenitores e suas figuras mais ilustres, sua dignidade como cientista, os objetivos e a relevância social do seu trabalho, bem como as relações de cooperação ou conflito com outras disciplinas ou subdisciplinas. (CAPEL: 1999, p.25).

Outra importante questão ressaltada nos textos que fazem referência à AGB e seu papel na constituição da geografia brasileira diz respeito a uma problemática levantada por Fourez (1995), a saber os conflitos no interior das comunidades científicas. Gerard Fourez argumenta que

³ O próprio texto que ora apresentamos teria esse caráter, segundo o ponto de vista de Capel aqui apresentado.

o termo "comunidade científica" possui caráter ambíguo, uma vez que se pratica na comunidade científica uma divisão do trabalho, onde existem inclusive conflitos de interesse. Esse autor afirma que existe uma falsa imagem de comunidade, pois que há uma acentuada hierarquização interna resultante de interesses divergentes em seu interior. Três autores dissertaram bem sobre esta questão e a AGB: Mamigonian (1991), Fernandes (1995) e Sposito (2000).

Nos três textos aparece a predominante divergência entre os associados de primeira linha e os associados de segunda categoria, entre estes últimos uma forte presença dos estudantes. Quem trata dessa problemática mais diretamente é Fernandes (1995) que disserta sobre a democratização no interior da AGB, processo marcante nas décadas de sessenta e setenta. Para Fernandes, após a década de 50, aumenta significativamente o número de associados. Tal fato, para o autor, é reflexo da consolidação da geografia brasileira e da expansão de cursos de geografia em algumas cidades do interior. Nos dizeres do autor:

Até a década de cinquenta para se tornar sócio efetivo da AGB era necessário ser reconhecido como geógrafo, ou seja, a AGB funcionava como *corporação de ofício*. A "abertura" aconteceu em 1962 quando foi criada a figura do sócio cooperador. Dessa forma deixa de existir a figura do sócio efetivo e passaram a existir dois tipos de associados: o cooperador e o titular. (FERNANDES: 1995, p. 33).

As sucessivas reformas estatutárias são reflexos dos embates. Exemplos importantes são as reformas de 1970 em São Paulo e a de 1979, também em São Paulo, resultado das propostas realizadas no III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em Fortaleza em 1978. Fernandes lembra das mudanças na estrutura de funcionamento da AGB como, por exemplo, a criação das seções locais, em base municipal, e todos os sócios passando a possuir os mesmos direitos e deveres diferentes, com os estudantes passando a desfrutar de 50% de desconto nas anuidades a partir da década de 70, que também reflete esses embates⁴.

Fernandes critica as posturas de Mamigonian (1991) e Andrade (1992) que atribuem caráter populista às novas práticas criadas no seio das discussões. De acordo com Andrade, a direção da AGB foi pressionada por grupos que se apossaram do poder fazendo as reformulações com o fim de dar maior poder aos jovens. Para Fernandes, esses autores desconsideram as contribuições dos estudantes, e aponta que o trabalho conjunto de professores e estudantes nas diretorias das seções locais ou nas comissões possui importante papel pedagógico na formação dos estudantes. As atividades e debates desenvolvidos nesses espaços fomentam a qualidade dos trabalhos realizados, quer na pesquisa ou no ensino. Em entrevista concedida, Fernandes diz que atualmente a participação dos estudantes nas direções, ocupando cargos como nas secretarias, é o que ocorre na seção local de Presidente Prudente.

Sposito (2000) argumenta a importância de se dar atenção ao perfil assumido nas Assembléias, Congressos e Encontros, assim como nas publicações, tais como o Boletim Paulista de Geografia e Caderno Prudentino de Geografia, entre outros. Os temas e problemas por eles tratados refletem o contexto social vivido no momento, tanto interna como externamente⁵. Sposito cita, por exemplo, a politização dos temas tratados a partir de 1977, nos periódicos e nos congressos, já que este é um momento de inserção do pensamento marxista nas teorizações e práticas no cerne da geografia brasileira, levando as questões teóricas ao encontro das questões políticas. Desfechando essa discussão, trazemos uma citação de Sposito que reforça o que foi dito anteriormente:

⁴ Um exemplo desses embates foi apontado pelo Prof. Marcos Alegre, que em 1978, durante o III ENG, como então presidente da AGB nacional, levou a cabo o debate sobre a regulamentação da profissão de geógrafo que vinha sendo discutida no Congresso Nacional e que viria a ser promulgada no ano seguinte. Ressaltamos que esse debate perdura até hoje no interior da associação.

⁵ A título de exemplo, podemos citar o número 10 do CPG de 1987 que foi inteiramente dedicado a problematizar a elaboração da Nova Constituição Brasileira, e quais as possíveis contribuições do Geógrafo.

[...] é preciso dizer que nos eventos científicos da AGB, os debates que ocorrem, e mesas redondas, apresentação de comunicações, cursos e mesmo nos bastidores, são fundamentais para produção científica que vai se delineando, cada vez mais intensa, complexa e com diferentes tendências que, como elementos contraditórios, fazem o movimento do pensamento geográfico. Ora com maior ênfase nos aspectos políticos da ciência, ora com preocupações mais voltadas para a epistemologia da produção científica, os debates vão construindo, reconstruindo e expressando as bases da Geografia e, por conseguinte, o papel dos geógrafos. (SPOSITO: 2000, p.167)

A Seção Local Presidente Prudente

Para a elaboração das considerações que se segue, foram realizadas duas atividades visando a reconstrução das origens da AGB seção de Presidente Prudente e de sua atuação enquanto entidade representante dos profissionais e estudantes em Geografia de Presidente Prudente.

Primeiramente, foi realizada uma revisão das publicações da AGB local, mais precisamente dos Cadernos Prudentino de Geografia⁶ (CPG), das atas de reuniões e textos que versam sobre a atuação da entidade, assim como publicações de eventos que tiveram a AGB local como principal organizador ou como parte das comissões organizadoras, como as diversas Semanas de Geografia, por exemplo, realizados junto ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP, assim como eventos de caráter nacional, a exemplo dos ENG de 1972 e 1992 e as edições do Encontro Nacional de Ensino de Geografia (Fala Professor) em 1995 e 2003 e dos antigos encontros locais e regionais de Geografia.

Num segundo momento foram realizadas entrevistas com alguns geógrafos que atuaram na direção ou fizeram parte da organização da AGB local desde a sua formação⁷.

Em poucas palavras, o que pretendemos nesse momento, é, dentre as diversas seções locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, num total de aproximadamente 45, ressaltarmos as características e fatos que dão à seção local da AGB de Presidente Prudente um conjunto de especificidades e consolidam uma identidade.

No que se refere à apresentação do texto, não nos preocupamos em estabelecer uma ordem cronológica dos fatos e eventos uma vez que tal formatação, sobre nosso ponto de vista, empobreceria a discussão das problemáticas diluídas no texto.

A cidade de Presidente Prudente, localizada no Pontal do Paranapanema, a 560 km da Capital do Estado de São Paulo, possui relativa distância dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo assim, podemos considerar de grande relevância a participação da Geografia e da AGB – Seção Local Presidente Prudente no contexto geográfico nacional.

Fundada em 17 de maio 1975, basicamente por professores do Curso de Geografia da então em formação Universidade Estadual Paulista (UNESP), ainda como núcleo local, que perduraria até 1980, quando se transformaria em seção local, a AGB – Presidente Prudente. Na primeira diretoria, ainda como núcleo local, figurava a presença de Fernando Salgado.

A fundação do núcleo local efetivou-se pouco antes do início da transformação dos institutos isolados de ensino superior de terceiro grau na terceira universidade do estado de São Paulo, a UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), e o cerimonial de sua fundação contou com a presença de uma comitiva presidida pelo Prof. José Ribeiro de Araújo Filho, da USP.

Para seus fundadores, a história da seção local inicia-se antes de sua fundação, com a realização, na cidade de Presidente Prudente, do I Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em 1972, que a partir deste ano passaram a substituir as Assembléias Anuais da AGB, como aponta Fernandes (1995). Toda a mobilização requerida para a organização do I ENG e a visibilidade que o evento deu ao curso consolidou sua imagem frente aos demais.

⁶ A AGB – Seção Local Presidente Prudente procura contribuir para o debate e discussão da ciência geográfica a partir da publicação do seu periódico “Caderno Prudentino de Geografia”, editado desde 1981 e que se encontra no número 24 e em fase de reformulação visando a sua semestralização.

⁷ No final do texto apresentamos a relação dos entrevistados.

Segundo relato do Prof. Marcos Alegre, este evento trouxe um conjunto de atividades que deram visibilidade à Geografia que se fazia nas instituições localizadas no interior do País. A realização do I ENG em Presidente Prudente, em 1972, e, pouco depois a implantação dos núcleos locais, mesmo que subordinados às regionais, consolida de vez a Geografia e a atuação da AGB além das grandes capitais.

Seria, no entanto, a partir de 1978 que a seção local de Presidente Prudente, bem como a Geografia por ela produzida, tomaria maior visibilidade, devido ao processo de democratização da entidade e também ao crescimento do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, como ressaltou em entrevista o Prof. Marcos Alegre, e como também nos aponta o Prof. Eliseu Sposito, segundo o qual a maior parte das AGBs locais se fortalecem e se sustentam em parcerias com os respectivos Departamentos de Geografia.

Antes da formação do núcleo local, os alunos e professores do curso de Geografia de Presidente Prudente reunidos formavam o Centro de Estudo em Geografia "Pierre Deffontaines", vinculado ao Diretório Acadêmico, e atuava organizando visitas de professores importantes para palestrar, tais como Michel Coquery, em 1976, Milton Santos em 1978, Jean Louis Boudou e eventos culturais como apresentações de filmes, por exemplo, como bem salienta o Prof. Eliseu Sposito, aluno do curso de Geografia na época.

O ENG de 1972, ocorrido em Presidente Prudente, marca o início das mudanças de paradigmas da Geografia Brasileira, com o centro do debate se dando entre a Geografia Quantitativa e a Geografia Crítica, de viés marxista, assim como se discutiram as questões que estavam, naquele momento, ocupando espaços nos meios de comunicação e nas Universidades, como por exemplo os grandes projetos de desenvolvimento tais como a construção da Transamazônica e os projetos de colonização na região norte do Brasil.

O Prof. Sérgio Braz Magaldi, que dirigiu a seção local da AGB durante os anos de 1988 e 1989 menciona a importância que teve a UPEGE, União Paulista dos Estudantes de Geografia, que em seus encontros introduzia os alunos nas complexas tarefas de organização de eventos e publicações e nas discussões dos problemas da atualidade para o momento.

A participação nas comissões organizadoras de eventos e a participação nas associações, como a UPEGE e a própria AGB, davam e, em alguns casos, continuavam dando, uma grande oportunidade para o aprendizado de questões burocráticas e das diferentes concepções sobre problemas teóricos e políticos referentes ao fazer ciência que residem no interior das Universidades.

O Prof. Cláudio Benito O. Ferraz, que dirigiu a AGB de Presidente Prudente por duas ocasiões, nos quatro anos finais da década de 1990, concorda com esse caráter pedagógico da AGB, uma vez que, segundo ele, a importância da atuação na organização de uma AGB local reside no fato de ter lhe proporcionado acesso a informações importantes, a participação na organização de eventos em caráter nacional, a troca de experiências e possibilidades de dinamizar e aprofundar as discussões referentes ao conhecimento geográfico, assim como proporciona entrarmos em contato com as dificuldades das direções dessas associações, tais como a falta de recursos, a centralização do poder decisório, a ausência de diretrizes mais profissionais e politicamente definidas, entre outros aspectos.

Em 1980 o núcleo local foi transformado em seção local, com sua primeira diretoria fundada nos nomes dos professores Armando Pereira Antonio e Olímpio Beleza Martins. O primeiro Caderno Prudentino de Geografia (CPG), que veio a substituir os antigos Boletins do Departamento de Geografia, foi lançado em junho de 1981.

No III Encontro Nacional Geógrafos, em 1978, na cidade de Fortaleza, dá-se o marco definitivo da ascensão da Geografia Crítica no centro do debate da ciência geográfica, com a presidência da AGB - Nacional sendo ocupada por um membro de Presidente Prudente, o Prof. Marcos Alegre, que assumira o cargo, provisoriamente, com o compromisso de modificar o estatuto.

Neste evento aprova-se o novo estatuto da entidade, com a participação da categoria sócio-estudante, com 50% de desconto na anuidade e a criação das seções locais substituindo as seções regionais e os núcleos locais. Tem-se aí um importante momento daquilo que se convencionou chamar de democratização da AGB, resultante de um longo período de debates referentes à organização da AGB que, segundo muitos críticos, ainda permanecia com um caráter elitista por não permitir o acesso mais amplo de estudantes.

Todo esse movimento de democratização da AGB culmina no IV Encontro Nacional de Geógrafos do Rio de Janeiro em 1980, marcado pela maciça presença dos estudantes e a emergência da nova liderança de Ruy Moreira. Cabe destacar que, em 1979 foi regulamentada a profissão de geógrafo, coroando uma luta assumida pela AGB desde a década de 1950.

Todo o movimento de democratização da AGB resulta de um conjunto de contradições que residiam em seu interior, e que, uma vez resolvidas geram novas contradições. É salutar mencionarmos as palavras de Eliseu Savério Sposito que afirma que a democratização da AGB na verdade produziu novas figuras e que acabavam por personificar a associação. Assim a diretoria da associação passa a se identificar com o presidente, ou seja, a primeira perde força e o segundo ganha força. Segundo Sposito, "na medida que ela se abre, ela se fecha na figura do presidente"⁸.

Daf concluirmos que esta contradição, expressa na forma da organização da associação, implica numa crise de representação da associação, ou como diz Bernardo Mançano Fernandes, "uma certa agonia", conferida no problema da falta de assiduidade no pagamento das anuidades por parte dos sócios por exemplo. Na seção de Presidente Prudente nota-se, claramente, que a mobilização efetuada somente por ocasião da organização de eventos e da reunião de recursos para a elaboração dos Cadernos Prudentinos de Geografia (CPG) é que dá um certo caráter difuso às ações da associação, que somente toma corpo em momentos esporádicos, como os já citados, e sempre fundados na ação de um grupo pequeno⁹.

Sobre tal problema, Cláudio Ferraz, ressalta um certo caráter "encontrista" da AGB, fruto da estrutura amadora e que realmente só toma corpo nas semanas que antecedem aos eventos. Sposito chega a dizer que a existência de algumas seções se resume nos livros de ata.

Tal contradição, escondida sobre o rótulo de associação, mostra o quanto Capel tem razão quando afirma que as ações individuais, não raras vezes, constituem fator determinante para a sobrevivência das associações. Exemplo claro foi o problema gerado pela desistência da seção de Ijuí na organização do V ENEGE, que foi rapidamente assumida pela direção da seção de Presidente Prudente, mobilizando um grupo pequeno, mas que posteriormente revelou-se de grande eficiência. Prova dessa afirmativa foram os bons resultados do evento, expressos, por exemplo, no número de trabalhos inscritos e no número de participantes, bem como pelas deliberações e tomadas de posição da AGB frente a temas atuais e polêmicos, como o Exame Nacional de Cursos (Provão).

Reforçando a idéia lançada sobre uma certa fragilidade no que concerne a representação da AGB frente à categoria, é a dependência que associação teve e continua tendo em relação à Universidade, tanto na mobilização de recursos quanto para a organização dos eventos e publicações. Sposito lembra das dificuldades na organização e publicação dos CPG, sobretudo na década de 1980, quando as edições eram copiadas por meio do uso de mimeógrafos e feitos com recursos retirados do bolso dos próprios professores e do Departamento de Geografia.

Ainda com relação ao forte laço entre a associação e a Universidade, uma possível causa desse laço pode se dar pela pouca representatividade dos professores do ensino fundamental e médio nos quadros de associados das seções locais, bem como sua participação como membros da diretoria (voltaremos a esse assunto mais adiante). Entendemos isso como algo que deve ser revisto pela associação como possibilidade para sua expansão e legitimidade perante a sociedade como um todo e não apenas pela academia, o é que feito com algumas exceções, nas seções locais da AGB - Porto Alegre e AGB - Bauru.

Reforçando a dependência da AGB em relação à Universidade, podemos citar a recente doação de um pequeno espaço pela direção da FCT/UNESP para a construção da sede da AGB local de Presidente Prudente.

Fato importante e que ilustra um pouco mais essa relação, AGB - Departamento de Geografia, foi a publicação do CPG n. 4, de dezembro de 1982. Esta edição expressa a relação

⁸ Veja o rol de entrevistados e informações a respeito destes no final do texto.

⁹ Com relação ao esforço esporádico entendemos ser interessante ressaltar o empenho da atual diretoria na construção da primeira sede própria da AGB no Brasil.

entre a AGB e do departamento de Geografia do IPEAPP com a comunidade científica estrangeira, no caso a Université de Paris I – Sorbonne-Panthéon, representado pelo Prof. Michel Rochefort, diretor do Laboratoire de Géographie Humaine de l'Institut de Géographie em Paris.

Essa edição especial, que resulta dos esforços da AGB local junto ao Departamento, traz textos de Rochefort versando sobre várias temáticas, a saber: organização do espaço regional no contexto global, problemas organização do espaço urbano, aspectos da pesquisa sobre serviços de saúde e instrução em Campina Grande e Londrina.

No ano de 1982, realizou-se em Presidente Prudente, o I Encontro Regional de Geógrafos, com iniciativa a organização da seção local e a participação das seções locais de Rio Claro, São Paulo, Londrina, Maringá e Campo Grande, cujo objetivo eram as discussões de temas propostos para a composição do temário do V Encontro Nacional de Geógrafos. Os debates e os relatos das mesas do encontro resultam na publicação do terceiro número do CPG.

Outro evento promovido pela seção local em que alguns textos acabam sendo reproduzidos na forma de artigos no CPG, foi a discussão em uma mesa redonda (A AGB e a Contituinte) em maio de 1987 acerca do papel dos geógrafos em relação à nova Constituição que se encontrava em fase de laboração. Assim, o CPG número 10 constitui-se em um número especial sobre a nova Constituição brasileira que se encontrava em discussão, apresentando os textos resultantes de mesa redonda e ainda com colaborações de textos elaborados por outras seções locais (Brasília, Londrina e Porto Alegre) e o documento final das discussões do VI ENG.

A seção local de Presidente Prudente viria, ainda, a realizar nos anos de 1990 três grandes eventos de âmbito nacional promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Em 1992, tem-se a realização do IX Encontro Nacional de Geógrafos, marcado por intensos debates e discussões e a aprovação, na plenária final do evento, de algumas mudanças no estatuto da entidade, vigente até os dias atuais.

No ano de 1995, a AGB – Presidente Prudente juntamente com a DEN (Diretoria Executiva Nacional) realiza, mais uma vez em Presidente Prudente, um evento nacional, desta vez o III ENEGE (Encontro Nacional de Ensino de Geografia), comumente denominado "FALA PROFESSOR!", no qual procurou-se discutir o ensino de Geografia nos âmbitos da educação básica e superior, como também o papel do professor de geografia frente às políticas educacionais e seu papel na formação de alunos e estudantes cidadãos.

A organização do III ENEGE em Presidente Prudente resultou das tentativas que a direção desse período, fundada nas figuras dos Professores Bernardo Mançano Fernandes e Raul Guimarães Borges, realizou objetivando dar maior visibilidade da AGB junto aos professores da Rede Pública de Ensino.

Segundo os Professores Sérgio Magaldi e Bernardo Mançano Fernandes, o início dos anos 90 foi marcado pelas tentativas de aproximação da AGB local com a escola pública, principalmente por meio da organização de cursos de formação de professores, fundamentados no ideal da formação continuada. Um dos resultados dessas ações foi o fato da direção da AGB ter sido assumida pela professora Maura, em 1992.

Essas medidas são lembradas por Cláudio B. Ferraz como tentativas de superar um certo ranço intelectualista e academicista construído historicamente na AGB. Ferraz lembra os vários comentários críticos que a eleição para a direção da AGB Nacional dos professores Ruy Moreira e Zeno S. Crocetti, que na época não possuíam o título de doutor, receberam.

Ainda, segundo Ferraz, durante sua direção foi organizado o VIII Seminário de Ensino de Geografia. Este evento foi organizado por alunos e serviu de prévia para a preparação do Encontro Nacional de Vitória da Conquista.

Essa relação da AGB local de Presidente Prudente com os professores da rede pública de ensino pode ser constatada pouco antes desse período, como quando da publicação, no CPG, de textos elaborados por professores da rede pública. No n. 09, de março de 1987, por exemplo, que contém o texto da professora Denise Helena Carollo sobre o conteúdo ideológico do ensino de Geografia e de história no Brasil, num esforço de dar visibilidade ao pensamento do professorado da rede pública.

Expressão da tentativa de aproximar a Geografia da academia com a Geografia escolar, tem-se a publicação, no CPG n. 13, de um artigo sobre o papel dos trabalhos de campo, muito desenvolvido na academia, mas pouco realizado com os alunos do ensino fundamental e médio.

Ainda com relação à preocupação da seção local com o ensino de Geografia, ressaltamos a publicação em julho de 1995 o CPG n. 17 que, numa espécie de Dossiê (Geografia e Ensino), contém apenas artigos discutindo temas do ensino de Geografia e suas reflexões teóricas, como aponta o editorial do periódico:

Geografia e Ensino traz textos instigantes e contempla temas cujos horizontes epistemológicos e teóricos assentam-se no emparedamento de questões "cristalizadas" na discussão e na reflexão geográfica no cotidiano, dentro e fora da sala de aula, ou estejamos nós onde for, como o enumerário de dicotomias Sociedade x Natureza, Geografia física x Geografia humana, etc. Como também a imprecisão teórico-conceitual presente no "nosso" discurso e mais recentemente, as dificuldades por "nós" manifesta de entendermos o novo mapa do mundo, as novas estratégias de dominação do capital (Globalização, etc) e o que ensinamos como sendo Geografia, e que Geografia é essa! E daí a questão: qual o ordenamento e "leitura" dos fenômenos sociais que intencionamos nos "nossos" discursos em nome desse ou daquele conteúdo (geográfico)? (EDITORIAL, 1987)

Percebe-se que, a partir desse número, vários outros artigos sobre o ensino de Geografia foram sendo publicados nas edições posteriores.

Recentemente foi realizado e organizado, entre os dias 20 a 24 de Julho de 2003, do V ENEGE "Fala Professor!", após a desistência da Seção Local Porto Alegre, que havia sido definida como organizadora desse evento, que seria realizado na cidade de Ijuí-RS. O atual Presidente da AGB, Professor Bernardo Mançano Fernandes relatou em entrevista que o fato de a AGB local de Presidente Prudente (atualmente sob direção do doutorando Prof. Ms. José Augusto da Silva, aluno do Programa de Pós-graduação da FCT/UNESP), ter assumido a organização de um evento de dimensão nacional, com um curto período para realizar todas as tarefas organizacionais, foi uma verdadeira demonstração da capacidade de atuação desta seção e de seu compromisso com a AGB nacional e com a Geografia brasileira.

Ainda na década de 1990, tem-se em Presidente Prudente a realização do 6º SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), cuja promoção se dá, mais uma vez, com a participação da seção local, em conjunto com os departamentos de Geografia e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, evento no qual se discutiram os conceitos e os paradigmas da Geografia Urbana Brasileira.

No ano de 2003, além da realização em Presidente Prudente do V ENEGE, outro evento resultado da mobilização e do esforço da seção local de Presidente Prudente, juntamente com o Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, foi a realização entre os dias 03 a 05 de dezembro do I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, que contou com a presença de profissionais de várias áreas do conhecimento, demonstrando ser um evento inter/pluridisciplinar, como também a importância da ciência geográfica no que tange aos problemas relacionados ao campo das políticas de saúde pública¹⁰.

Outro destaque que podemos observar durante a década de 1990 é a presidência da AGB – Nacional por mais um membro da seção local de Presidente Prudente, o Prof. Antonio Thomaz Jr., entre os anos de 1996 e 1998, que apesar de muitas discussões e divergências, conseguiu convencer a entidade a realizar seu XI ENG numa cidade do interior do país, como ocorreu em Presidente Prudente, que foi o caso de Vitória da Conquista – BA em 1998.

Por último, destacamos a importante contribuição que os alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP vêm dando à seção local da AGB.

O Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP foi implantado em 1988. A participação de seus alunos na AGB local tem início como membros da organização de eventos e na publicação de seus trabalhos de pesquisa em forma de artigos nos CPG. Nas gestões de 1998 à atual, as chapas concorrentes e as direções eleitas foram compostas basicamente por alunos pós-graduados ou pós-graduandos.

¹⁰ Resultados das mesas redondas do I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde podem ser encontrados na edição de número 25 do CPG, que traz, em especial, 08 artigos elaborados pelos conferencistas do evento.

A presença predominante dos alunos pós-graduandos nas últimas direções da AGB local reflete, em parte, a perda de importância da entidade para os olhos dos professores universitários que, numa postura tarefaira e submetidos às pressões de uma realidade que cobra dos profissionais da academia posturas cada vez mais pragmáticas e carreiristas, acabam por visar somente auxiliar na realização de encontros, revistas e/ou atender às necessidades departamentais. Nos dizeres do Professor Ferraz, "os conflitos antes implícitos foram subsumidos à lógica produtivista e ao marasmo político presente no trabalho acadêmico". O que dá a algumas seções locais apenas o caráter de uma instância alternativa de exercício de poder institucional, ou então uma "espécie de morto vivo que insiste em caminhar sobre a terra apenas pela inércia das forças em jogo"¹¹.

Concluindo...

...de forma geral, buscamos neste ensaio discutir os principais problemas que surgem quanto, numa tentativa de compreensão, ressaltamos as contradições que dão movimento e, portanto, firmam a identidade das comunidades científicas.

Mais especificamente, objetivamos ressaltar como se dá esse movimento na institucionalização da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, num primeiro momento em âmbito nacional e, num segundo, momento em relação à seção local de Presidente Prudente/SP.

Nossos referenciais para a compreender o universo submerso em contradições das comunidades científicas são as idéias de autores como Capel (1999), Bachelard (1996), Popper (1957) e Fourez (1995), todos tendo em comum a preocupação em qualificar o conhecimento científico como uma produção social, que como tal, reflete as contradições e conflitos da sociedade do momento. Nosso principal objetivo foi o de ressaltar as particularidades de uma comunidade específica, a dos geógrafos, no que se refere a sua constituição e organização, compreendendo que, sob o título de associação, muitas vezes passasse despercebido o complexo campo de conflitos que da forma a AGB.

Seus paradoxos e contradições dão à AGB uma heterogeneidade que resulta de num jogo de relações que se desenvolvem nas escalas nacionais e locais. Por meio da reconstituição da história dessa associação, buscamos subsídios para conceituar a AGB nacional e a seção local de Presidente Prudente enquanto comunidades científicas, com a ressalva de desenvolver um sentido mais amplo ao termo.

A seção local de Presidente Prudente mesmo com todas as dificuldades participou maciçamente nos eventos nacionais promovidos pela entidade, sendo, na maioria das vezes, uma das seções locais que mais apresenta trabalhos e contribuições, seja em mesas redondas ou em outras formas de apresentação, demonstrando, assim, grande interesse no debate acerca da ciência geográfica.

Finalizando, diagnosticamos que sob um "passado heróico", a AGB vive e convive com uma série de problemas que geram uma espécie de crise de representação, agoniza, pra usar um termo do Professor Bernardo M. Fernandes e atual presidente. A AGB deve construir uma identidade que lhe confira um caráter mais propositivo, onde figurem projetos politicamente mais amplos, reunindo os resultados dos debates fomentados em várias escalas e das pesquisas em Geografia.

Toda essa problemática passa pela forma de organização de sua estrutura e pelo comprometimento político que cada uma assume no interior do discurso geográfico e de sua práxis enquanto intelectual.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n.72, 1994, p.63-82.

ANDRADE, M. C. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, n.09, 1992, p.143-152.

ANDRADE, M. C. A institucionalização da geografia brasileira. In: ANDRADE, M. C. *Geografia: ciência da sociedade*. São Paulo: ATLAS, 1987, p.81-93.

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CAPEL, Horácio. *O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Maringá: EDUEM, 1999.
- CAPONI, Gustavo Andrés. De Viena a Edimburgo: Karl Popper e os dois programas da sociologia do conhecimento. *Revista Reflexão*. Campinas/PUCAMP, n.64/65, p. 77-106, janeiro-agosto, 1996.
- FERNANDES, Bernardo. M. O ensino e a pesquisa na Geografia e o papel da AGB. *Revista Geografia*. Campo Grande: UFMS, n. 01, set/dez, 1995, p.31-35.
- FOUREZ, Gérard. O método científico: a comunidade científica. In: FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência*. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p.91-102.
- MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, n.08, 1991, p.157-162.
- MONTEIRO, Carlos A. de F. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia - USP, 1980.
- SPOSITO, Eliseu S. *Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico*. (Tese de Livre Docência). Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2000. 210 p.
- SPOSITO, Eliseu S. Breve histórico da AGB. *Caderno Prudentino de Geografia*. Pres. Prudente, n. 05, 1984, p.97-100.
- ZUSMAM, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB n.78, 2001, p. 07-32.

Além das obras acima relacionadas, foram consultados todos os números do Caderno Prudentino de Geografia (nº 01 ao nº 24).

Pessoas entrevistadas e datas das entrevistas

- Prof. Bernardo Mançano Fernandes (28/10/03) – Atual Presidente da AGB Nacional e diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente gestão 1990-1992.
- Prof. Cláudio Benito O. Ferraz (24/10/03) – diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente nas gestões 1996-1998 e 1998-2000.
- Prof. Eliseu Savério Sposito (31/10/03) – Professor há mais de vinte anos na FCT/UNESP, atual Editor da Revista Terra Livre foi presidente da Seção Local de Presidente Prudente na gestão 1982/1984.
- Prof. Marcos Alegre (15/10/03) – Presidente da AGB- Nacional em 1978 e fundador da AGB – Seção Local de Presidente.
- Prof. Sérgio Braz Magaldi (23/10/03) – diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente na gestão 1988 -1990